

ASSESPRO

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CCTI)**Audiência Pública para apresentação do plano de ações e políticas de governo para o setor de ciência e tecnologia**

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação realizou na quarta (17), audiência pública com a ministra da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos, para a apresentação do plano de ações e políticas de governo para o setor. A audiência foi realizada em resposta aos requerimentos da deputada Nely Aquino (PODE/MG), presidente da CCTI, e do deputado Márcio Jerry (PCdoB/MA).

A ministra **Luciana Santos** apresentou os resultados do ministério referente ao ano de 2023 e mostrou o planejamento para o ano de 2024, ressaltando que no governo do presidente Lula, a ciência é tratada como uma política de Estado, que deve ser feita com diálogo e participação da comunidade científica e de toda a sociedade. Apontou ainda que as ações do MCTI são voltadas para a transformação e melhoria do país, o enfrentamento dos desafios nacionais e também para a redução das assimetrias regionais. Dito isso, salientou a importância da temática para a transição energética e digital e para o desenvolvimento de uma nação soberana, a partir de uma maior regionalização e nacionalização de algumas cadeias produtivas.

Em seguida, a ministra fez um balanço do primeiro ano de gestão, destacando o reajuste no valor das bolsas de estudo e pesquisa do CNPq; o primeiro concurso público do MCTI depois de dez anos; a aprovação da taxa TR nos empréstimos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e a recomposição e execução integral dos recursos desse Fundo, no valor de R\$ 10 bilhões.

Ainda sobre o FNDCT, anunciou que a previsão de investimento para 2024 é de R\$ 12,8 bilhões nos programas científicos estratégicos inseridos no Programa de Aceleração Econômica (Novo PAC), dentre os quais: (i) o Proinfra – *voltado para a recuperação e expansão da infraestrutura de pesquisa em universidades e Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs)*; (ii) o Programa Mais Inovação – *apontado como o maior programa de inovação da história da pasta, traz um conjunto de instrumentos para apoio às empresas visando desenvolvimento produtivo, a sustentabilidade ambiental e a promoção do bem-estar da sociedade brasileira, em alinhamento às missões e aos eixos estruturantes definidos no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI)*; (iii) Programa Conecta e Capacita Brasil – *que prevê a implantação de infovias para ampliar a abrangência, a qualidade e a segurança da conectividade para educação e pesquisa no país*; (iv) Programa de Repatriação de Talentos – *que objetiva repatriar pesquisadores brasileiros que permaneceram no exterior após a conclusão de seu doutorado ou mestrado e permitir a fixação de pesquisadores brasileiros que concluíram seu doutorado ou mestrado no exterior e que não tenham estabelecido vínculo permanente com instituições de pesquisa no Brasil*.

A ministra Luciana Santos também fez a apresentação das principais ações do ministério previstas para 2024, enfatizando: (i) reativação do Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCT); (ii) a reinstalação do Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva; e (iii) a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a ser realizada em junho deste ano.

Em seguida, destacou a atuação do ministério nas seguintes áreas:

Inteligência Artificial

Explicou que a pasta trabalha na revisão da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial e na elaboração do Plano Nacional de Inteligência Artificial, que será apresentado no início de junho. Segundo ela, as propostas vão abranger diversos aspectos como infraestrutura, formação e desafios para a regulamentação da IA no país. Ademais, informou que o MCTI tem ampliado

investimentos e sua atuação no tema. Entre as iniciativas está a implantação de 10 Centros de Pesquisa Aplicada em Inteligência Artificial. Além disso, o volume de projetos financiados pela Finep na área saltou de R\$ 41 milhões em 2018 para R\$ 652 milhões em 2023. Citou também o papel relevante do Comitê Gestor de Internet (CGI) na temática. Luciana Santos comunicou ainda o desenvolvimento de um Computador Quântico Nacional Multipropósito, com recursos do FNDCT e do Novo Centro Nacional de Micro e Nano Fabricação de Dispositivos.

Saúde

Destacou a importância estratégica dos investimentos do MCTI no Complexo Industrial da Saúde, para estimular a produção em larga escala de insumos e tecnologias para a saúde. Como ações, citou a criação da rede de pesquisa, desenvolvimento e inovação em Síndrome de Down; um Edital de R\$ 12 milhões para projetos de enfrentamento da gripe aviária H5N1; e a criação do primeiro centro dedicado à oncologia de precisão na América Latina. Ainda, relatou que a planta da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) – *uma fábrica de hemoderivados localizada em Pernambuco* –, já está pronta e deve começar a produzir um insumo utilizado no tratamento de hemofílicos a partir do ano que vem.

Questionada sobre a atuação do ministério no tema de tecnologia assistiva, a ministra enfatizou a criação da secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social, que tem dentre suas competências a criação de políticas públicas voltadas à temática. Afirmou que, além das iniciativas orientadas à síndrome de Down, o MCTI, tem atuado com o Ministério dos Direitos Humanos, liderado pelo ministro Silvio Almeida, na retomada de programas paralisados abrangendo o desenvolvimento de tecnologias no campo neurológico, de equipamentos e de instrumentos para a facilitação de mobilidade, dentre outros.

Além disso, abordou a retomada do Comitê do Complexo de Saúde, com participação ativa do MCTI, por meio de investimento em programas de inovação.

Mulheres

Destacou a atuação do ministério em programas que visam fomentar o ingresso e a permanência das mulheres no mercado de pesquisas científicas e de inovação. Citou, nesse contexto, algumas das iniciativas como: (i) o Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação – *orientado ao ingresso, à formação, à permanência e à ascensão de meninas e mulheres nas carreiras de homônimas*; (ii) o Programa Mulheres Inovadoras – *que visa estimular startups lideradas por mulheres, de forma a contribuir para o aumento da representatividade feminina no cenário empreendedor nacional*; e (iii) o Programa Futuras Cientistas – *programa do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene) que estimula o contato de alunas e professoras da rede pública de ensino com as áreas CTEM*.

Cooperação Internacional

Quanto a política externa para cooperação internacional, salientou ações do governo brasileiro sob a ótica dos interesses nacionais, citando a adesão brasileira ao Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN) e a cooperação com países e blocos de todo o mundo. Além disso, citou a formalização do Acordo CBERS 6 com a China para o desenvolvimento de satélites, com o intuito de garantir o imageamento para a Amazônia – *com tecnologia capaz de mitigar o efeito das nuvens nesse processo* – para ampliar o monitoramento das florestas. Por fim, retomou o programa de Repatriação de Talentos – Conhecimento Brasil, informando que será aberta uma chamada pública para atrair pesquisadores brasileiros que atuam fora do país, bem como a perspectiva de que seja implementada a destinação de subvenção econômica para as empresas com o intuito de fixar talentos brasileiros.

Projetos

A ministra Luciana Santos apontou a necessidade de discussão e aprovação de Projetos de Lei importantes para o setor de ciência e tecnologia. Entre eles, (i) alterações na Lei de Informática ([PL 13/2020](#)); (ii) da regulação do uso de Inteligência Artificial ([PL 2338/2023](#)); (iii) da

aperfeiçoamentos da Lei do Bem ([PL 4944/2020](#)); e (iv) a regulamentação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de semicondutores (PADIS) ([PL 719/2024](#)).

Sobre a Lei da Informática, informou que, em conjunto com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está trabalhando para que já se tenha um texto aprovado em junho. Assim, enfatizou a importância da renovação e do aprimoramento da lei, mas principalmente que não seja permitida a entrada em vigor da redução gradual da isenção, prejudicando a descentralização dos investimentos. Adicionalmente, a ministra comunicou que já conversou com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), para que a aprovação do PL 13/2020 possa ocorrer ainda neste primeiro semestre de 2024.

CEITEC

A ministra lembrou as ações de reversão do processo de dissolução do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), iniciado em 2023, com a definição da sua retomada operacional e apresentação de um plano de negócios com novas rotas tecnológicas e industriais para que a empresa possa atuar no mercado nacional e internacional. Destacou ainda, que o intuito é redirecionar o papel da CEITEC em basicamente duas rotas tecnológicas: uma delas baseada no adensamento da produção nacional de semicondutores para veículos híbridos e elétricos e também na produção de painéis fotovoltaicos.

MANIFESTAÇÕES

O deputado **Márcio Jerry** (PCdoB/MA) destacou a importância da política pública de tecnologia e inovação para o desenvolvimento nacional, soberania nacional e inclusão social. Pediu mais informações sobre a tecnologia assistiva e citou as iniciativas do ministério com o tema de inteligência artificial. Ainda sobre IA, salientou que tem trabalho para a realização de evento com a temática “inteligência artificial e eleições”. Por fim, pediu uma abordagem da ministra sobre o Centro de Lançamento de Alcântara, que incide sobre o papel do Brasil globalmente na área da política aeroespacial.

O deputado **Clodoaldo Magalhães** (PV/PE), relator do [PL 2583/2020](#) (*Estratégia Nacional de Saúde*), questionou como o MCTI está participando das discussões sobre a construção do complexo industrial de saúde.

O deputado **Rui Falcão** (PT/SP) destacou que não é possível alcançar a autonomia do país sem investimento em tecnologia da informação. Além disso, ressaltou que o debate sobre o futuro da inteligência artificial não pode ser destinado exclusivamente para as empresas que atualmente estão à frente do desenvolvimento, considerando que a gestão de dados detém uma importância decisiva na economia mundial. O deputado enfatizou ainda que com o desenvolvimento da IA é necessário que o governo participe do debate sobre os destinos dessa tecnologia, inclusive sobre o que chamou de soberania digital. Nesse sentido, propôs à ministra a realização de um seminário sobre soberania digital, no âmbito da CCTI.

O deputado **Jilmar Tatto** (PT/SP) destacou o atraso tecnológico do Brasil em comparação a outros países, ressaltando a necessidade maiores investimentos. Assim, propôs a criação de um programa de aceleração e crescimento próprio para a área de ciência, tecnologia e inovação, no âmbito da Presidência da República.

Abordando a participação social, o deputado **Gilson Daniel** (PODE/ES) parabenizou a retomada das conferências e comitês, além da inclusão da sociedade civil nos debates. Se colocou à disposição para levar aos estados a realização de feiras de ciência, tecnologia e inovação.

O deputado **Reimont** (PT/RJ) comunicou que na próxima sessão apresentará um requerimento para realização de seminário no Rio de Janeiro para debater sobre o papel das empresas de energia nuclear no desenvolvimento do estado, sob a ótica de ciência e tecnologia.

O deputado **Pompeo de Matto** (PDT/RS) parabenizou a ministra pela retomada do CEITEC, que é sediado em Porto Alegre-RS.

O deputado **Vitor Lippi** (PSDB/SP), que é autor do PL 719/2024, uma das proposições que versam sobre melhorias à Lei de Informática, destacou a urgência do PL 13/2020 salientando que é preciso realizar um trabalho conjunto para a sua aprovação. Nesse sentido, citou a reunião da ministra Luciana Santos com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para tratar sobre a matéria.